

Trabalhadores portuários pedem modificações em projeto de lei

Sindicatos que representam os profissionais alertam para ameaça à negociação coletiva com o atual texto

MAURÍCIO MARTINS

ENVIADO A BRASÍLIA

A necessidade da modernização do setor portuário brasileiro é consenso entre autoridades, trabalhadores e empresários da área. Porém, os sindicatos que representam os portuários estão preocupados com o enfraquecimento da negociação coletiva, caso o Projeto de Lei (PL) 733/2025, que tramita na Câmara dos Deputados para atualizar o marco legal dos Portos, seja aprovado como está. A proposta daria mais poder ao setor patronal.

O tema foi discutido no Summit Portos, promovido pelo Grupo Tribuna na última quarta-feira, em Brasília. O debate evidenciou a preocupação com a possível desarticulação dos sindicatos.

O presidente da Federação Nacional dos Estivadores (FNE), José Adilson Pereira, disse que o PL repete erros do passado e ignora a cultura de negociação consolidada no setor portuário brasileiro. Ele ponderou que o entendimento está longe de ser consensual. “As três federações de trabalhadores estão em um processo de diálogo com a federação patronal, tentando ajustar esses itens sobre o capítulo do trabalho”, explicou.

Ele ainda criticou a proposta de certificação da capacitação dos trabalhadores portuários pelo sistema Sest-Senat, como prevê o projeto. “Defendemos que a certificação do trabalhador seja feita pelo Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo)”.

Presidente do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga do Porto de Santos, Marco Sanches manifestou preocupação e destacou a necessidade de preparação dos trabalhadores para os desafios tecnológicos. “O empresá-



VANESSA RODRIGUES - 29/1/25

Proposta que muda o marco legal dos portos está parada na Câmara dos Deputados por falta de consenso



Pereira: PL ignora a negociação



Sanches defende capacitação



Ramos quer regras atualizadas



Debate é importante, diz Messias



Jacqueline prevê melhorias



Aquino demonstra otimismo

gio Aquino reconheceu os desafios, mas demonstrou otimismo quanto ao avanço das negociações. Aquino defendeu a proposta de utilizar o Sest-Senat como referência na formação profissional. “Seria ideal um modelo portuário, mas como o sistema S portuário não evoluiu, buscou-se uma alternativa. O PL foi muito sábio ao criar um grupo especializado dentro do Sest-Senat para tratar de porto.”

A diretora-executiva do Instituto Praticagem do Brasil, Jacqueline Wendpap, opinou que o modelo proposto no PL pode gerar maior governança e fiscalização na qualificação profissional. “O objetivo é trazer uma melhor condição. Talvez ainda não seja ideal, mas teremos uma melhoria”.

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Alexandre Luiz Ramos, que participou da elaboração do projeto, fez uma analogia com o futebol para defender o texto. “Seria possível jogar futebol com as regras de 50 anos atrás? Parece que não”, disse. “Elegemos como prioridade a valorização do trabalho portuário, reduzindo o número de atividades consideradas portuárias, com intuito de viabilizar os melhores treinamentos com os recursos existentes.”

O juiz Frederico Messias, coordenador do Núcleo de Direito Marítimo do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), alertou para a importância de participação no processo legislativo. “Quando um projeto vai ao Congresso, não sabemos o resultado. O importante é que trabalhadores e empresários levem suas demandas aos seus representantes”.

riado não se importou em nos requalificar. Há dez anos nós (o sindicato) formamos 200 conferentes,

que cedemos aos terminais. Aprendemos a evoluir e nunca deixamos de lado a tecnologia.”

VISÃO EMPRESARIAL

Presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sér-